

O que Baker disse a Bresser

O ministro Bresser Pereira, da Fazenda, que esteve ontem na comissão da dívida externa do Senado, ainda tem muitas dificuldades a vencer, antes de chegar a um acordo com os nossos credores internacionais. Só agora surgem algumas informações confidenciais da visita do ministro da Fazenda aos Estados Unidos, como seu diálogo com o secretário norte-americano do Tesouro, James Baker. A certa altura do encontro, diante da insistência do interlocutor, o ministro brasileiro da Fazenda respondeu não ter condições políticas nem estar autorizado oficialmente a admitir qualquer tipo de acordo com o FMI. Informou Bresser que a orientação a ser perseguida pelo Brasil seria a de um entendimento preliminar com os banqueiros, só aceitando diálogo com o FMI numa etapa posterior. Baker declarou a Bresser que nada tinha a opor, se houvesse um entendimento direito entre o nosso País e os banqueiros, sem a interferência do FMI. No entanto, manifestou sua descrença de que isso venha a acontecer.

Quanto ao Clube de Paris, foi mais pessimista. Lamentou Baker que ao tempo em que era nosso ministro da Fazenda o sr. Dilon Funaro, intercedeu diretamente junto ao Clube de Paris para que seus integrantes fizessem um acordo com o Brasil, o que foi obtido, apesar das resistências de um banqueiro alemão. Logo em seguida, queixou-se Baker ter sido surpreendido pela decretação, pelo Brasil, da moratória, o que o deixou, segundo alegou, numa posição desfavorável e incômoda junto ao Clube de Paris. Informou Baker a Bresser que, em face des-

ses antecedentes, se o Brasil quiser fazer novo acordo com o Clube de Paris, que trate de se entender diretamente com seus representantes. Melhor traduzido: sem o FMI não haverá acordo com os europeus.

Quanto aos japoneses, através do chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda, eles revelam-se dispostos a abrir mão do FMI. Em compensação, propõem a criação de uma comissão mista, formada por representantes japoneses e brasileiros. O inconveniente, reconhecido pelas próprias autoridades brasileiras, é que os japoneses não abrem mão do monitoramento, o qual seria feito diretamente pelos bancos nipônicos. No caso uma troca para pior, pois o FMI, quando menos, é uma agência internacional situada no âmbito das Nações Unidas. O ministro Bresser Pereira e seus assessores tentam encontrar uma nova fórmula de negociação, que contente tanto ao Brasil como aos japoneses.

No PMDB persiste o ponto de vista de que é preciso ganhar tempo, antes de ser levada ao conhecimento do partido qualquer fórmula que inclua nas negociações o FMI. Um ministro de Estado do PMDB, dos mais ligados a Ulysses, acha que o governo poderá criar condições políticas à absorção, pelo PMDB, da sigla do FMI, se tomar previamente certas medidas na área trabalhista, que amenizem a presente política salarial.

Contrato de risco

A comissão interpartidária liderada pelos senadores José Richa e Virgílio Távora acaba de tomar decisão da maior importân-

cia: acabou com os contratos de risco na área do petróleo. Mais ainda: no texto constitucional ontem aprovado a Petrobrás fica com o monopólio não só da lavra e pesquisa do petróleo, como também do seu refino, transporte, importação e exportação.

Ontem, no plenário vazio do Senado, conversando informalmente com seu colega de bancada, o sergipano Albano Franco, o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, confessava que considera o parlamentarismo como o regime mais democrático de governo. Lembrou que em quase cem anos de presidencialismo tivemos seguidos períodos de crises e instabilidade institucional.

Na conversa outros temas foram abordados: considerou Covas um erro e legislar contra seus próprios interesses o PMDB votar a favor de eleições presidenciais diretas em 89. Uma eleição presidencial isolada, como a de 89, de acordo com sua opinião, só iria favorecer um tipo de candidatura como a do ex-governador Leonel Brizola. No entanto, observou que casadas as eleições municipais do próximo ano com as de presidente da República, o PMDB, como partido, levaria nítida vantagem sobre seus demais concorrentes.

Assinalou como fato bastante promissor do ponto de vista político, a criação de um clima favorável ao entendimento no âmbito da Constituinte entre os diversos partidos e as correntes que os compõem. O que for polêmico, como sistema de governo ou duração do mandato de Sarney, será definido, pelo voto, no plenário da Constituinte.